



CBH PRETO-DF INFORMA



»»» EXPEDIENTE

Presidente: Gilmar Batistella

Vice-presidente: Paulo L. Kruger

Secretário-geral: Cláudio Malinski

Equipe ABHA DF

Supervisora administrativa: Karine Karen

Auxiliar administrativa: Camila Areal

Assessora de comunicação: Mariana Libânio

Escritório de apoio - ABHA Gestão de Águas

SAUS quadra 4 lote 09/10, sala 934.

Ed. Victoria Office Tower

Cep: 70070938 Brasília - DF

»»» SOBRE

2024 foi um ano de avanços na gestão dos recursos hídricos do Distrito Federal.

Além do estabelecimento de critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos a ser aplicada nas águas de domínio do Distrito Federal, também avançamos nos debates sobre a construção dos marcos regulatórios para as regiões do Rio Jardim e Ribeirão Extrema. Conquistas importantes para a região e a gestão hídrica.

➤➤➤ PALAVRA DO COMITÊ

A participação nos debates do Comitê de Bacia é de extrema importância, pois estamos a frente de um grupo privilegiado de pessoal envolvidas com a preservação e uso dos recursos hídricos e assumimos a responsabilidade que é de toda sociedade, sendo nossa função contribuir para minimizar os conflitos e promover diálogo entre os setores da sociedade, aproximando os usuários dos recursos hídricos das agências gestoras de águas.

Um ponto muito importante foi a participação nos amplos debates sobre a cobrança pelo uso da água, o que vai impactar diretamente o setor produtivo de forma positiva, pois houve a preocupação de não onerar os custos de

produção e sim alertar para o uso racional da água.

O Comitê só existe e tem respeito se os membros do mesmo forem participativos nas reuniões, apresentando sugestões e críticas quando necessário. Com isso esperamos contribuir cada vez mais para a sustentabilidade e preservação dos nossos recursos naturais, promovendo sempre um amplo debate sobre o assunto e esperamos no futuro envolver outros setores da sociedade.

*Kayla Alves Goulart
Engenheira Agrônoma, representante da
COOPA-DF no CBH Preto-DF*

➤➤➤ A SITUAÇÃO HÍDRICA DA REGIÃO É TEMA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA



A segunda reunião da Câmara Técnica, realizada no dia 3 de outubro, debateu ações em andamento na região para minimizar os impactos da escassez hídrica. O presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella, atualizou a CT a respeito das reuniões para tratar da criação dos marcos regulatórios do Ribeirão Extrema e do Rio Jardim. Nas reuniões ficaram definidas a criação de uma comissão, a ser coordenada pelo presidente do comitê de bacia, que irá organizar e levantar demais contribuições dos agricultores locais para a construção dos documentos.

Ele passou os informes das últimas reuniões de alocação negociada que definiram o sistema de revezamento, os grupos, além do monitoramento dos pivôs que poderão irrigar nos dias pré-estabelecidos. Gilmar destacou ainda que o documento sobre o funcionamento do sistema é mais conceitual já que dá autonomia para os usuários fazerem a própria gestão.

O coordenador do CT, Cláudio Malinski, lembrou que após anos de implantação do sistema de revezamento, os próprios produtores entenderam a necessidade de cuidar dos recursos hídricos e atualmente se auto regularizam e monitoram o funcionamento do sistema.



ACT

O representante da Adasa no comitê, Israel Pinheiro, informou sobre o andamento do Acordo de Cooperação Técnica realizado entre diversos órgãos e entidades, para a modernização dos sistemas hídricos na Bacia do Rio Preto. As obras já iniciaram na região e incluem a modernização da tubulação dos canais existentes, a instalação de dispositivos de controle de derivação e uso de água, como os tanques reservatórios.

O ACT faz parte de um esforço conjunto para ações de sustentabilidade hídrica na região.

Encaminhamentos

A CT solicitou que todos os membros do CBH Preto-DF participem das consultas públicas em andamento no site da Adasa, relativas aos marcos regulatórios do Extrema, Jardim e ao PGIRH.

CERIMÔNIA NA BACIA DO RIO PRETO-DF MARCA INÍCIO DAS OBRAS E ENTREGA DE MATERIAIS



Produtores rurais da bacia do Rio Preto, no Distrito Federal terão oito canais de irrigação reformados, num total de quase 16 km, além de 245 reservatórios lonados para utilizar a água de forma mais sustentável. Na manhã do dia 18 de outubro, foi assinado o termo de entrega de materiais para as obras, numa solenidade que reuniu representantes do GDF, Governo Federal, entidades representativas e dos agricultores da região.

A iniciativa busca garantir o uso sustentável da água e melhorar a infraestrutura de irrigação na Bacia do Rio Preto, contribuindo para a preservação ambiental e o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Com as ações em andamento, a expectativa é que o projeto fortaleça a produção agrícola local e promova maior segurança hídrica para os produtores.



Além disso, estima-se que o projeto e as obras reduzam em até 50% a perda de água por infiltração e evaporação, além de prevenir a contaminação das águas dos canais.

Estiveram presentes no evento, o presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella e demais membros do comitê.

Fonte: EMATER-DF

➤➤➤ CBH PRETO-DF PARTICIPA DE 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO MARCO REGULATÓRIO DA BACIA DO RIBEIRÃO EXTREMA



Membros do CBH Preto-DF, Emater, Adasa e irrigantes da região participaram, no dia 16 de outubro, da 2ª Audiência Pública do Marco Regulatório da Bacia do Rio Extrema.

Segundo o presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella, após esse último debate, a Adasa deve fazer a promulgação da resolução do marco regulatório da bacia.



➤➤ 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA ENALTECE REALIZAÇÕES DO COMITÊ EM 2024



As iniciativas e avanços do CBH Preto-DF ao longo do ano de 2024 foram o tema central da 41ª Reunião Ordinária do comitê.

Além da participação conjunta em atividades dos comitês de bacias do Distrito Federal, o ano de 2024 mobilizou os membros para o debate e aprovação dos marcos regulatórios do Ribeirão Extrema e do Rio Jardim. De acordo com o presidente do comitê, Gilmar Batistella, a Adasa informou que a resolução normativa de ambos deve sair ainda este ano, um passo importante na proposição de soluções para amenizar os impactos da baixa disponibilidade hídrica e conflitos pelo uso da água.

O coordenador da Câmara Técnica, Cláudio Malinski, ressaltou que a organização, planejamento e o engajamento dos produtores em ações de gestão da água na região do Rio Preto possibilitaram que, diferente de outras regiões do país, o período de estiagem não impactasse a produção local.

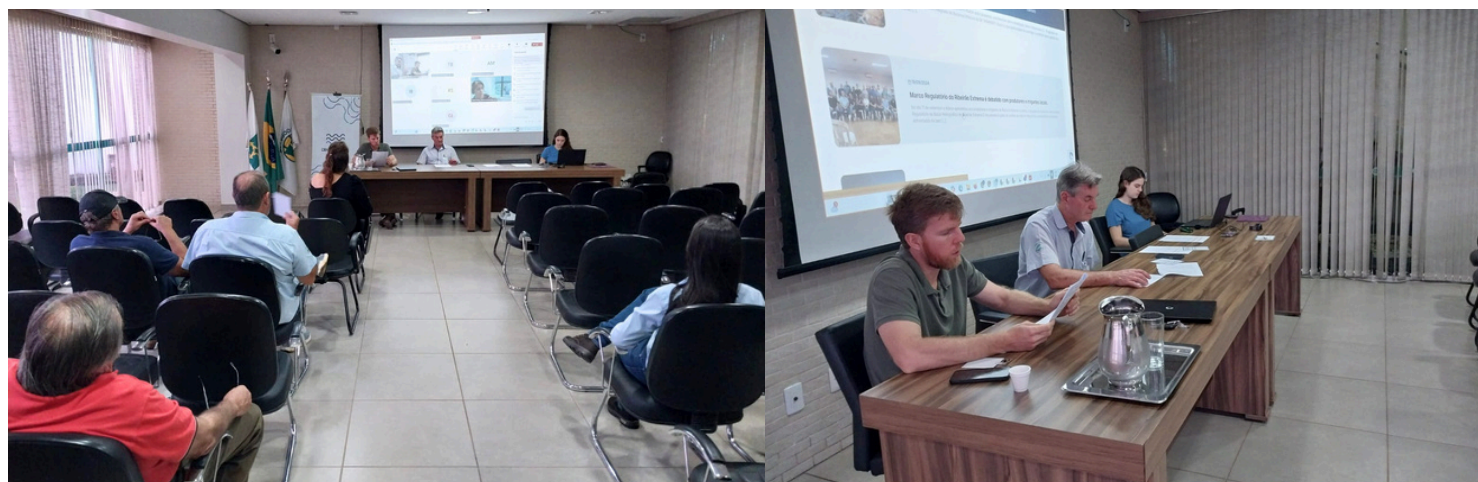
O produtor Leomar Cenci sugeriu que o comitê envie, com antecedência, ofício à Adasa solicitando a participação na AgroBrasília 2025, com o propósito de divulgar ações bem sucedidas de gestão das águas na bacia que poderiam servir de vitrine para outras regiões.

ACT

Outra ação do comitê foi o Acordo de Cooperação Técnica com o CBH São Francisco em parceria com vários órgãos do poder público, para revitalização dos canais rudimentares de irrigação e construção de tanques lonados na região. Um investimento que contribuirá ir ajudar nas ações de melhoria da irrigação e no uso sustentável da água.

Aprovações

Foram aprovados a ata da 40ª Reunião Ordinária, as minutas sobre o Plano de Trabalho e Agenda anual de atividades para 2025, Plano de comunicação 2024/2025 e sobre o Plano de Trabalho da Câmara Técnica, todas aprovadas por unanimidade. A assinatura Ad Referendum de Carta sobre a Urgência das Águas também foi aprovada, com duas abstenções.



Informes

Reforçar a participação dos membros nos debates do prognóstico do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal (PGIRH) e na revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial foi um ponto de pauta destacado pelo presidente do CBH. Até o final do ano ainda serão realizadas reuniões com a comunidade sobre os dois planos. A supervisora da ABHA-DF, Karine Campos, sugeriu que os membros se organizem para participar dos debates sobre os planos, com o objetivo de levar informações sobre a bacia e as demandas da região. Ela também convidou a todos para participarem do V Eicob, que será realizado no dia 29 de novembro, e terá na programação atividades de capacitação e oficina dinâmicas interativa com *os demais membros dos CBHs distritais.

O representante da Adasa na CBH Preto-DF, Israel Pinheiro, parabenizou o comitê pelo seu fortalecimento ao longo dos anos, com melhoria na participação e engajamento dos membros nas ações e debates de interesse para a região.

V Eicob debate o trabalho dos comitês na gestão de recursos hídricos e reforça importância de ações coletivas no combate aos desequilíbrios ambientais



Membros dos três comitês de bacias do Distrito Federal, CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF e CBH Preto-DF se reuniram, no dia 29 de novembro, para o V Encontro de Integração dos Comitês de Bacias do Distrito Federal (Eicob), realizado no Instituto Oca do Sol, em Brasília.

O encontro foi mais uma oportunidade de compartilhar as boas práticas na gestão de recursos hídricos, além de debater problemas enfrentados pelos comitês em suas regiões de atuação na defesa das águas.

Diante dos desafios na gestão dos recursos hídricos e frente à crise climática que vem se intensificando, o Eicob promoveu ainda palestras com temas relevantes para a reflexão e formulação de ações coletivas para a atuação nas bacias.

Saudações

O Eicob iniciou com um café da manhã para os membros, oferecido pela Adasa, que também disponibilizou o transporte até o local do evento.



Na sequência, a presidente do CBH Maranhão-DF, Ildenilda de Oliveira Silva abriu o evento destacando a relevância de realizações como o Eicob na sensibilização, educação e mobilização da sociedade em torno de um bem comum, a água.

Os desafios do Distrito Federal para garantir água em quantidade e qualidade foi destacado durante a fala inicial da presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos. Ela reforçou que o comitê tem marcado presença em eventos nos vários espaços de debate sobre recursos hídricos, planejamento urbano, além de atividades em universidades.

Os contrastes entre os desafios do campo e da cidade foram ressaltados durante a fala do presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella. A região é predominantemente agrícola, e enfrenta adversidades para equacionar a demanda e oferta de água aos produtores locais, o que tem levado o comitê a participar de projetos de gestão da água no meio rural.



O presidente do Instituto Brasília Ambiental Rôney Nemer também participou da abertura do evento e aproveitou para lembrar a relação entre o uso responsável da terra na produção de água e a importância do papel dos comitês na luta pela gestão dos recursos hídricos. Antes de iniciar os debates, o secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, enalteceu os trabalhos dos comitês, destacando a maturidade e fortalecimento da gestão nos últimos anos, bem como do trabalho do escritório de apoio desempenhado pela Abha, que foi um divisor de águas contribuindo no andamento das ações dos CBHs desde 2023.



Bate papo

As diretorias dos comitês de bacias apresentaram as atividades que seus comitês desenvolveram ao longo de 2024, como forma de atualizar os presentes e fortalecer a integração entre os comitês distritais.



O CBH Preto-DF, na figura de seu presidente, explicou sobre os avanços na construção dos marcos regulatórios do Rio Jardim e Ribeirão Extrema, e do amadurecimento da gestão de escalonamento de irrigação, por parte dos produtores locais. Gilmar Batistella ainda falou sobre a importância da cobrança pelo uso da água no financiamento de projetos nas bacias e da necessidade de mais monitoramento, como forma de auxiliar no trabalho de gestão dos recursos hídricos nas bacias da região do Rio Preto.

O desafio de aumentar o engajamento dos membros nas atividades do comitê foi um ponto levantado pela presidente do CBH Maranhão-DF, Ildenilda Silva. Ao longo de 2024, o comitê realizou diversas atividades externas, levando o público a conhecer melhor a região que abrange a bacia do Rio Maranhão.

A intensa participação em audiências públicas, entrevistas, palestras, aulas, debates marcou o ano de 2024 do CBH

Paranaíba-DF. A presidente do comitê, Alba Evangelista Ramos citou os eventos, destacando o empenho do CBH nos debates sobre a revisão do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH), o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PIRH) e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). A participação nos eventos busca levar a voz e demandas dos comitês aos debates públicos e ao conhecimento da comunidade.

A participação dos comitês no Encontro Regional de Comitês de Bacias do Centro Oeste (Ercob) e nos debates sobre a cobrança pelo uso da água e da Tarifa de Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos (TFU) foi destacada pelos presidentes, que elogiaram a união de esforços e de colaboração dos comitês do DF um consenso entre os vários atores envolvidos.



Durante a explanação, o membro Delson da Costa Matos, do CBH Maranhão-DF, questionou se existe atualmente análise para averiguar a quantidade de agrotóxico nas águas das bacias, porém os presentes disseram desconhecer. A vice-presidente do CBH Paranaíba-DF e extensionista da Emater, Anne Caroline Lobo Borges, informou que a empresa tem capacitado e orientado a comunidade rural sobre a importância do descarte correto das embalagens de defensivos agrícolas, buscando assim, minimizar possíveis impactos.

Coordenadores debatem ações em 2024



Os coordenadores da Câmara Técnica dos comitês destacaram as principais realizações dos comitês durante o ano de 2024. No CBH Maranhão-DF, o coordenador Marcelo Benini afirmou que os trabalhos do CT concentraram nos estudos ligados à área de Águas Emendadas, em função da sua importância como região de mananciais e recarga de aquífero. Ele explicou a situação da Saneago, companhia de

abastecimento de Goiás, que atua na região, mesmo sendo fora dos limites de sua área de atuação, o que tem comprometido a sustentabilidade hídrica da região. Para 2025, o CBH seguirá unindo esforços para esclarecer a situação junto aos órgãos competentes e atuar em defesa das águas da região.

Representando o presidente da Câmara Técnica do CBH Preto-DF, o presidente Gilmar Batistella fez um breve relato sobre as discussões e elaboração dos dois marcos regulatórios da região (Ribeirão Extrema e Rio Jardim), que já enfrentavam situações de conflito pelo uso da água. Ele destacou que a maioria dos produtores já respeitavam os acordos firmados para o uso da água, mas uma documentação regulamentando a situação vai ser um importante passo.

O coordenador da CT do CBH Paranaíba-DF falou sobre as atividades dos três grupos de trabalho do comitê, e destacou a participação dos membros do comitê nos debates sobre a revisão dos do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) e o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Como coordenador de comissão criada para debater o PGIRH, ele criticou a ausência de informações sobre os impactos das mudanças climáticas no documento que vem sendo elaborado e os cenários possíveis para do o Distrito Federal. Ele ainda convocou os demais comitês de bacias a participar dos debates sobre o plano, que irá trazer estudos importantes para a elaboração dos planos de bacias do CBH Preto-DF e CBH Maranhão-DF.



Mudanças climáticas

Uma das discussões urgentes do nosso tempo, é quanto à questão climáticas e o enfrentamento às mudanças. Por isso, os palestrantes Mozar Salvador, do Inmet, e Carlos Henrique Rocha, do Brasília Ambiental, levaram informações sobre o aumento das temperaturas mundiais e a tendência de recordes de temperaturas nos próximos anos. Mozar apresentou gráficos onde explicou a tendência de chuvas cada vez mais fortes e concentradas, e períodos mais longos de estiagem, num cenário onde os extremos climáticos serão cada vez mais frequentes.

Já Carlos Henrique mostrou que desde 2023, até hoje, todos os meses, ficaram acima da média de temperatura, se comparado a anos anteriores, um cenário que nunca havia ocorrido. Ele alertou que resiliência e adaptação serão fundamentais para o enfrentamento das mudanças, pois é preciso trabalhar, além da mitigação, a adaptabilidade ao novo cenário.

PDOT

Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), José Mario Pacheco Júnior falou sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) DF, sua importância como instrumento da política territorial e as etapas de proposta da revisão do documento.

Segundo ele, desde 2018 a secretaria vem realizando reuniões, audiências, seminários para construir o novo documento, a partir de novas análises do território do DF. Ele lembrou que das quatro etapas para a formulação do documento (diagnóstico, prognóstico, proposta e consolidação) a revisão encontra-se na fase de proposta, que irá formular e definir as estratégias, instrumentos, diretrizes e zoneamento. Ele informou ainda que já foram realizadas diversas audiências públicas nas regiões administrativas, com o objetivo de dialogar com a população e ouvir às demandas locais.



A presidente do CBH Paranaíba-DF, criticou a forma como o PDOT vem sendo debatido, a exemplo da divulgação das Audiências Públicas, e no esclarecimento para a população da importância do documento como instrumento norteador de políticas públicas para a cidade. Essa ausência tem se refletido no baixo engajamento da população nos debates públicos. Ela também questionou a falta dos comitês no grupo de trabalho interinstitucional (GTI), responsável pela elaboração de estudos técnicos, e debates sobre diretrizes territoriais.

O representante da Seduh informou que, por lei, que os CBHs já atuam dentro do Comitê de Gestão Participativa, para debater o PDOT.

Cobrança pelo uso da água



Como um dos instrumentos da política de recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água venceu, em 2024, a última



etapa para a sua implementação de fato.

A assessora técnica da Superintendência de Recursos Hídricos da Adasa, Vandete Maldaner, falou sobre a implementação e operacionalização da cobrança pelo uso da água, que terá início em 2025.

Segundo ela, a cobrança será aplicada a grandes usuários, que atualmente representam 80% do volume da água outorgado. São setores como indústria, comércio, produtores agrícolas e grandes condomínios que dispõem de outorga. A cobrança será feita de acordo com o volume especificado na outorga, por isso é necessário que o usuário atualize seu cadastro para que o valor cobrado seja fidedigno ao uso outorgado.

Lembrando que no início de 2025 os boletos poderão ser emitidos e pagos em até 45 dias da data de emissão.





Dinâmica

As professoras da Universidade de Brasília Conceição de Maria Albuquerque Alves e Raquel Soares apresentaram aos membros uma dinâmica baseada no Seca em jogo, uma atividade que simula cenários possíveis a partir de situações apresentadas durante o jogo. Além de trabalhar o debate e a integração do grupo, o jogo permite que os participantes simulem a gestão coletiva de um reservatório de uso comum, onde as decisões individuais podem impactar todo o coletivo de usuários da água.

Adasa publica resoluções que definem procedimentos operacionais para Cobrança pelo uso da água e para a Taxa de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos no DF

A Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (Adasa) oficializou os procedimentos para a cobrança pelo uso da água no Distrito Federal a partir de 2025.

No dia 26 de dezembro foi publicada no Diário Oficial as resoluções nº 49 e 50 da Adasa que estabelecem os procedimentos operacionais tanto para a cobrança pelo uso de recursos hídricos, quanto da Taxa de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos no DF (TFU-NP).

A TFU é uma taxa anual obrigatória, para usos não consultivos, resultado do exercício legítimo do poder de fiscalização administrativa sobre o uso de recursos hídricos no DF, aplicável a não prestadores de serviços públicos.



A taxa, portanto, será direcionada ao conjunto de usuários que respondem por 80% dos volumes outorgados, ou seja, que possuem capacidade de gerar impactos quantitativos e qualitativos aos recursos hídricos originários de captação superficial ou subterrânea de água e lançamento de efluentes. Trata-se das pessoas que utilizam água como insumo em suas atividades econômicas e, por isso, consomem grande quantidade do recurso.

No caso da Cobrança pelo uso da água, os grandes usuários pagarão pela cobrança, incluindo os usos consultivos. As quantias cobradas, referentes ao ano de 2024, são calculadas com base nos mecanismos e valores propostos pelos CBHs e aprovados pelo CRH/DF, sendo de responsabilidade da Adasa implementar o mecanismo.

Lembrando os atos normativos tanto da cobrança, quanto do TFU não afetam os pequenos usuários, os usos insignificantes e aqueles que consomem para uso individual ou familiar

A cobrança pelo uso da água é um dos instrumentos da Política Nacional de recursos hídricos e uma reivindicação dos comitês no desafio de promover uma gestão sustentável dos recursos hídricos no Distrito Federal.

Próximas atividades do comitê

20/02 - 42ª Reunião Ordinária

23/05 - 3ª Reunião da Câmara Técnica

**CBH PRETO NAS
REDES SOCIAIS**

